



Ministério da Educação – Brasil
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
ISSN: 2238-6424
QUALIS/CAPES B1 – LATINDEX
Nº. 25 – Ano XIII – 05/2024
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

Dinâmica do território a partir das instituições de ensino: de Milton Santos à Sylvio Bandeira de Mello e Silva

Prof. Dr. Leonardo Thompson da Silva
Doutor em Geografia – Universidade Federal da Bahia/BA - Brasil
Docente do Instituto Federal da Bahia/Campus Porto Seguro – IFBA – Brasil
<http://lattes.cnpq.br/1147069538264015>
E-mail: leonardothompson@gmail.com

Prof. Dr. Sebastião Cerqueira-Neto
Doutor em Geografia – Universidade Federal de Sergipe/SE - Brasil
Docente do Instituto Federal da Bahia/Campus Porto Seguro – IFBA – Brasil
<http://lattes.cnpq.br/0707747014759987>
E-mail: cerqueiraneto.mg@gmail.com

RESUMO: A dinâmica territorial pode ser abordada por infinitos vetores. A Geografia enquanto ciência possui uma característica multidisciplinar, o que permite ao geógrafo produzir estudos sobre os territórios a partir de inúmeras combinações quantitativas e qualitativas. Este artigo é uma compilação de reflexões elaboradas sobre a dinâmica do território e as instituições de ensino tendo como pilares teóricos os Professores Milton Santos e Sylvio Bandeira de Mello e Silva que influenciaram outros pesquisadores baianos ou radicados na Bahia que propuseram discussões de reordenamento do território baiano tendo como vetores alguns elementos que compõe a educação na sua totalidade. Em todos os autores pode-se encontrar uma confluência que é perseguida por todos pesquisadores que têm o território como objeto de pesquisa: a descentralização e a busca de uma equidade entre os territórios.

Palavras-chave: Território. Educação. Descentralização. Equidade.

Introdução

A discussão sobre a influência das instituições educacionais e suas dinâmicas espaciais vem despertando o interesse de pesquisadores, ocupando cada vez mais espaço nos seminários acadêmicos, congressos e publicações sobre o assunto. Na Bahia a relação entre educação e território tem sido um tema muito caro para os pesquisadores.

As investigações sobre temas como, influências recíprocas da educação e território (SANTOS; SILVEIRA, 2000); espacialização do processo educacional; regionalização e ensino; padrões locacionais das instituições de ensino; centralização e descentralização de políticas públicas educacionais (SILVA, 1996; 2008; 2010); universidades e produção do espaço (HENRIQUE, 2009; 2011); regionalização de cursos superiores (FONSECA; DELGADO, 2012); espaço/território e desequilíbrios regionais na educação (FIALHO, 2009); o reordenamento territorial dos Institutos Federais na Bahia proposta na tese de Thompson (2019) são exemplos de abordagens teóricas metodológicas dentro dessa temática. Estes estudos contribuem para um melhor entendimento da articulação entre educação e as categorias geográficas espaço/território/região e suas múltiplas escalas.

A Geografia por ser a ciência que estuda o espaço e suas complexas articulações multidimensionais tem dado sua contribuição nesse debate. Cada vez mais geógrafos elaboram reflexões e direcionamentos sobre a educação e a institucionalização de novos arranjos territoriais e seu rebatimento no desenvolvimento local e regional. Assim, este artigo que compila algumas pesquisas realizadas em território baiano pretende apresentar a territorialização da educação (SANTOS; SILVEIRA, 2000) como parte do reordenamento territorial dentro de uma lógica que combina a necessidade de oferta de estudos, sobretudo, técnicos e superior com o que o mercado exige.

Milton Santos: a educação e o território¹

Em um contexto de um espaço cada vez mais impregnado pelas especializações técnicas, científicas e informacionais são crescentes a procura pela sociedade, por conhecimento, qualificação e ensino. Historicamente, "o Território

¹ Este primeiro tópico é parte de um artigo publicado na Revista Artífices do IFBA.

Brasileiro cria demandas educacionais, isto é, cria necessidades de formação de pessoas nos lugares" (SANTOS; SILVEIRA, 2000, p.12) que de maneira geral, impõe sua lógica à dinâmica educacional nos diversos níveis de ensino. E, "por essa razão, a história da educação no território poderá ser contada como uma história de ausências e presenças, no espaço nacional, dos atores responsáveis por essa atividade" (SANTOS; SILVEIRA, 2000, p.12).

Portanto, o início da ocupação e formação territorial, atrelado as primeiras formas urbanas e a produção voltada para exportação deram uma configuração inicial da oferta de escolas e cursos no território brasileiro, mormente, pela "combinação de dois fatores principais: a localização do poder político-administrativo e a centralização correspondente dos agentes e das atividades econômicas" (SANTOS; SILVEIRA, 2000, p. 15). Dessa forma, no Brasil as áreas de produção econômica - ciclo da cana de açúcar e ciclo do ouro - condicionaram a formação dos primeiros núcleos urbanos localizados nas regiões litorâneas e, consequentemente, os primeiros estabelecimentos de ensino; e na medida em que houve um processo de interiorização de equipamentos e infraestrutura tais como, a construção de estradas, ferrovias, energia elétrica, abastecimento de água, os núcleos urbanos foram se estruturando com participação efetiva da implantação de escolas em todos os níveis de aprendizagem. No que se refere especificamente ao ensino superior, Santos e Silveira (2000) descrevem essa relação com a formação do território da seguinte forma:

O surgimento do ensino superior deu-se sob a forma de cadeiras, que foram sucedidas por cursos, por escolas e por faculdades [...] Mais uma vez, foram as áreas litorâneas e de mineração as que convocaram essa oferta: Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Olinda, e Recife, Ouro Preto, Porto Alegre e outras cidades de Rio Grande do Sul. A partir da segunda década do século XIX, momento de independência política, o ensino de Direito afirmou-se com a instalação dos cursos no Rio de Janeiro, Olinda e São Paulo. Era certamente, uma época de saberes universais. Direito, Medicina, Farmácia, Filosofia, Artes, Engenharia e Agronomia constituíram os caminhos de uma maior vida de relações nas cidades e de afiançamento das elites nacionais, no território (SANTOS; SILVEIRA, 2000, p.15-16).

O que podemos perceber de fato, é que a cada evolução nos ciclos econômicos, demandava mecanização e melhorias de técnicas na produção, por conseguinte, aumentava a demanda por formação, principalmente, na Engenharia, mas, havia demanda em diversas áreas do conhecimento que formava a elite financeira e intelectual do país.

Já no século XX, o território brasileiro desenhado em manchas da mecanização da produção agrícola passa à um processo de industrialização, evolução das redes de infraestrutura e transporte, com crescente integração dos mercados, novas polarizações urbano-regionais, novos meios de comunicação e informação, junto as dinâmicas populacionais rural-urbano, contribuíram para uma concentração espacial socioeconômica no eixo centro-sul do território. O processo de urbanização do território brasileiro é acompanhado por um crescimento da demanda educacional. Esse acréscimo vertiginoso está relacionado ao aumento significativo de instituições públicas e privadas e de cursos ofertados no ensino superior.

A intensificação do modelo capitalista internacional, pautada em uma ideologia da racionalidade e de modernização, supera o setor privado e adentra ao setor público. A expansão sem precedentes das empresas multinacionais implanta uma “ideologia do consumo, do crescimento econômico e do planejamento [...] que iriam guiar a reconstrução ou a remodelação dos espaços nacionais” (SANTOS; SILVEIRA, 2000, p. 26). Para que este cenário fosse construído foi necessário haver uma revolução dos transportes e das telecomunicações, com estabelecimento de redes mais densas e modernas, possibilitou condições de fluidez do território.

Outros aspectos desses arranjos territoriais no Brasil, são: do desenvolvimento do capitalismo agrário; expansão das fronteiras agrícolas; produção industrial extrovertida; maior penetração das empresas transnacionais; expansão da indústria dinâmica; incremento da exportação; aumento do setor terciário; especialização territorial; internacionalização dos processos de produção; tendência à concentração e centralização da economia; dependência dos centros avançados do sistema mundial. Contudo, o Estado, para se manter, é “forçado” a implementar políticas que priorizam as grandes empresas e corporações em detrimento a uma política de massas.

Nesse período, impõe-se uma grande ruptura. Importantes capitais fixos são adicionados ao território, em dissociação com o meio ambiente e com a produção. O capital comanda o território, e o trabalho, tornado abstrato, representa um papel indireto. Por isso, as diferenças regionais passam a ser diferenças sociais e não mais naturais (SANTOS; SILVEIRA, 2000, p. 29).

Logo, ocorre uma difusão geográfica e social do ensino, e todas as regiões conhecem a difusão do ensino, sobretudo superior, contudo, essa expansão não se dá de maneira homogênea.

As bases para a consolidação do meio técnico-científico-informacional se estabelecem no território brasileiro, conformando a inserção no mercado global. “Este novo meio é a cara geográfica da globalização” (SANTOS; SILVEIRA, 2000, p. 31), uma globalização perversa que exclui muitos territórios enquanto privilegia poucos. Os grandes sistemas técnicos favorecem a fluidez espacial que passa a ser cada vez mais relevante, dando suporte a uma produção em todas as instâncias mercadológicas.

Os sistemas de engenharia são projetados de forma integrada, as redes materiais e imateriais são tecidas com a perspectiva de convergir certos agentes de certas regiões do território. Essa seletividade na expansão do meio técnico-científico-informacional ocasiona uma divisão social e territorial do trabalho, deixando-a cada vez mais complexa. Entretanto, em todos os casos, a demanda por ensino e qualificação aumenta e a oferta se aproxima das especializações produtivas dos lugares. Nesse contexto, acessibilidade e localização dos bens e serviços, espalhados desigualmente pelo território, seguem uma lógica do mercado, mas, podem ser modificadas por uma ação pública, minimizando os efeitos das compartimentações e exclusões de certas fatias da sociedade. Assim, as fronteiras educacionais estão centradas nas áreas mais dinâmicas economicamente, ou seja, em ilhas representadas pelas capitais dos estados, nas metrópoles, e, principalmente, no eixo centro sul do país.

A diversidade de atividades econômicas, dos serviços, de instituições modernas reflete nos novos conteúdos para o ensino, novos saberes técnico e científico, haja vista que “a natureza dos cursos permite, assim, elaborar uma geografia do ensino que, de um lado, participa da remodelação do território e, de outro, é por esse mesmo território condicionada” (SANTOS; SILVEIRA, 2000, p. 48). É importante salientar que mesmo com a expansão do ensino, há uma concentração e especialização dos cursos em áreas metropolitanas, pois “a metrópole permite assim, qualitativa e quantitativamente, multiplicar as tipologias de cursos e o seu número, autorizando, também, através de sua concentração, a multidisciplinaridade e a qualidade dos cursos” (SANTOS; SILVEIRA, 2000, p. 49). Consequentemente,

com a oferta de cursos centralizada nas áreas mais urbanizadas e densas de atividades econômicas ocorre uma redução de custos educacionais com um atendimento maior para a população.

É inegável que os cursos ofertados acabam por influenciar a dinâmica local e seu entorno, pelo oferecimento de conteúdos e saberes, vinculados às instituições econômicas modernas. Essa influência é tão substancial nos territórios, pois acabam por provocar tensões, num jogo dialético, entre a homogeneização de determinados saberes e a especialização de outros, de acordo com os lugares. De acordo com Santos e Silveira (2000, p.55)

Com o domínio da técnica e da ciência, a ampliação dos consumos, o papel da informação e da organização e o poder das finanças criam a necessidade desses saberes científicos, técnicos, informacionais, no território como um todo, mas com marcantes especializações nos lugares. Em todos os períodos, a lógica do fenômeno educativo tem estreita relação com a própria lógica do fenômeno territorial (SANTOS; SILVEIRA, 2000, p. 55).

A expansão desigual das instituições de educação nos diversos níveis de ensino, tanto em quantidade como em qualidade, se relacionam com dialética entre território e a educação. Municípios, Estados, Regiões, possuem particularidades econômicas, sociais, culturais, políticas e ambientais, que são características relevantes para o entendimento das desigualdades geográficas do fenômeno educacional. De maneira geral, isso fica mais evidente no ensino superior, pois, percebe-se uma densidade maior de estabelecimentos de ensino, de alunos e professores em áreas mais dinâmicas, principalmente, atrelados a especializações econômicas produtivas. Por outro lado, uma maior rarefação de instituições de ensino em regiões que não possuem atrativos econômicos.

Sylvio Bandeira de Mello e Silva: padrões locacionais na educação

Nesse tópico um outro olhar sobre a educação e o território é baseado nos estudos produzidos pelo Professor Sylvio Bandeira de Mello e Silva se propôs a interpretar e oferecer caminhos para compreender a organização espacial do sistema educacional; centralização e descentralização; padrões locacionais; e transformações da inserção de universidades e institutos educacionais ao

desenvolvimento regional e local estão presentes, e serão ampliadas com a realização da pesquisa.

Com a colaboração preciosa de Barbara-Chiristine N. Silva e Maina P. Silva, Sylvio Bandeira de Mello (2008) analisam a organização espacial do sistema educacional, relacionando-o com a rede urbana e debatendo questões de centralização e descentralização. Ao discutir a espacialização do processo educacional, apontam os aspectos ligados à localização como um importante problema a ser abordado. Onde localizar as instituições de ensino? Qual será sua área de influência? Como garantir acessibilidade a grande parte da população? De acordo com os autores essas questões são relevantes, pois

O desafio é o de encontrar mecanismos de localização e interação que assegurem plenamente o atendimento dos preceitos constitucionais. Assim, onde localizar uma escola e para quem ela é destinada (o seu raio de influência) são questões fundamentais no planejamento da educação em um país, região, estado e município (SILVA et al., 2008, p.5).

Na discussão sobre localização, acessibilidade e interação dos sistemas de educação, está implícita a problemática da centralização e da descentralização. Centralizar pode interferir nos critérios de equidade ao acesso e descentralizar pode interferir nos critérios de eficiência espacial.

Por exemplo, uma excessiva centralização em poucos centros urbanos ou em poucos bairros, ou ainda em poucos espaços rurais, muitas áreas deixarão de ser atendidas no todo ou em parte. No outro extremo, o da exagerada descentralização do sistema educacional, a eficiência do mesmo poderá ser bastante afetada com a pulverização dos recursos e com custos muito altos. É preciso, portanto, encontrar estruturas e processos que garantam, de um lado, padrões de eficiência para o sistema educacional e padrões de equidade no que tange o acesso aos serviços educacionais por parte da população onde quer que ela esteja (SILVA et al., 2008, p.5).

Nesse sentido, a busca pelo equilíbrio entre os critérios de eficiência e equidade passam a ser fundamentais no planejamento de novas unidades de ensino. Conforme o autor, “todo esse processo educacional deve ser constantemente avaliado quanto a sua eficiência e equidade, inclusive em termos pedagógicos” (SILVA et al., 2008, p.13). Adequar as estruturas espaciais educacionais às necessidades da sociedade pode levar a um melhor desenvolvimento econômico e social dos municípios.

Silva (et al., 2008, p.7) apresenta uma sistematização teórica, de forma abrangente, sobre os padrões locacionais que levam em consideração um certo

equilíbrio entre equidade e eficiência relacionados aos níveis de ensino e suas instituições (Quadro 01).

Quadro 01 - Padrões locacionais do sistema educacional com base em critérios de eficiência e equidade.

Níveis de Ensino	Padrões Locacionais
1. Creche e pré-escola (Creche: atende crianças até três anos; pré-escola: atende crianças de quatro a seis anos)	Distribuição espacial muito densa das creches e pré-escola para assegurar o fácil acesso das crianças (pequenas distâncias entre residências e creche), pequena dimensão dos estabelecimentos. Fundamental importância do acompanhamento familiar nos deslocamentos. Pequenas áreas de atendimento (partes de bairros, por exemplo).
2. Alfabetização (Idades variadas, inclusive envolvendo adultos)	Tendência a uma dispersão aleatória, já que normalmente utiliza instalações de creches, pré-escolas e do ensino fundamental, além de igrejas, clubes e organizações sociais.
3. Ensino fundamental (Duração mínima de oito anos, população de sete a 14 anos, em geral)	Distribuição espacial densa das escolas para assegurar o acesso das crianças (distâncias médias entre residências e escola). Maior dimensão dos estabelecimentos. Menor importância do acompanhamento familiar nos deslocamentos, relevância do transporte escolar no campo e na cidade, também importância do transporte público. Médias áreas de atendimento (áreas rurais e bairros, por exemplo).
4. Ensino médio (Duração mínima de três anos, população de 15 a 17 anos, em geral)	Distribuição espacial menos densa que para o ensino fundamental, também com distâncias superiores com relação ao nível anterior. Dimensão variada dos estabelecimentos, em geral menores que os do ensino fundamental. Relevância do transporte escolar e do transporte público. Áreas de atendimento maiores que no nível anterior (grandes bairros ou conjuntos de bairros próximos, extensas áreas rurais).
5. Ensino superior (Graduação-duração variada)	Distribuição espacial bem menos densa. Padrões locacionais menos rígidos na escala da cidade, da região e do país. Importância dos serviços de apoio aos estudantes (residências, restaurantes, bolsas etc.). Grandes áreas de influência (cidades, regiões e estados). Variedade quanto à dimensão dos estabelecimentos (universidades, centros universitários, faculdades, escolas, etc.).
6. Ensino superior (Pós-graduação-duração variada)	Distribuição espacial ainda mais rarefeita, em particular para os cursos de doutorado. Padrões locacionais menos rígidos. Inserção nas escalas nacional e internacional. Importância dos serviços educacionais (bolsas, residências, restaurantes).

Fonte: SILVA, et al., (2008, p.7).

Ao analisar o quadro, percebe-se que quanto menor o nível de ensino, maior a densidade das instituições de ensino pelo território. A escala de ação é o distrito, o bairro, o vilarejo, a cidade pequena e as áreas rurais. Com distâncias pequenas e médias entre as residências e as escolas. Deslocamentos curtos por parte da população. Por conseguinte, quanto maior o nível de ensino, mais rarefeita é a presença das instituições educacionais. A escala de ação é a cidade, o município, a

região, o estado. Distâncias maiores entre as residências e as instituições, com maior utilização do sistema de transporte.

O professor Sylvio Bandeira de Mello é uma referência nos estudos da geografia teórica quantitativa na Bahia e no Brasil. Suas pesquisas que aplicaram a Teoria das Localidades Centrais, embasadas em Christaller, objetivaram entender melhor a organização urbano-regional. Com modelos de hierarquia e rede urbana, propondo regionalizações, novas aplicações do conceito de centralidade, analisando concentrações e distribuição espacial e evoluindo na aplicação da Teoria das Localidades Centrais. Buscou, com seus argumentos, alcançar uma articulação entre os critérios de eficiência e equidade espacial, sobretudo dos processos econômicos transcendendo para outras abordagens na educação e saúde. Por isso, sempre foi criticado em função da forte componente econômica atrelado a teoria de Christaller. “Na Geografia, a contribuição de Christaller foi sempre objeto de controvérsias e, certamente, isto perdura até hoje. Em seu tempo, sua obra foi vista pelos geógrafos alemães como sendo de Economia e não de Geografia” (SILVA, 2010, p. 97). Entretanto, Sylvio se coloca a favor de uma geografia que possa combinar outras abordagens na análise que abarquem os aspectos da estruturação/reestruturação produtiva envolvendo as questões sociais, econômicas e políticas e seu rebatimento no espaço.

Silva (1996) em seu texto “Regionalização e Ensino Superior na Bahia” aponta para a necessidade de se discutir entre as universidades estaduais na Bahia sobre a temática da regionalização do ensino superior como instrumento de desenvolvimento urbano e regional. Para ele era “preciso organizar melhor, em termo espaciais e institucionais, o ensino superior na Bahia tentando atingir níveis mais elevados de eficiência e equidade” (SILVA, 1996, p. 91). Destacava ainda que naquele momento ainda não havia ocorrido uma expansão das instituições de ensino superior federal no estado da Bahia, talvez pela fragilidade dos representantes políticos e pela pouca organização urbana regional no interior do estado, reforçando a primazia da região de Salvador. A educação superior assumida pelos estados, na maioria das vezes, se deu em função de uma ausência do governo federal (FIALHO, 2011). Por essa ausência de universidades federais que o governo estadual percebeu a necessidade de criar faculdades isoladas no território baiano.

O governo do estado da Bahia partiu, desde o final dos anos 60, para a criação de faculdades isoladas e, mais tarde, de universidades. Foi assim por exemplo, que surgiu a UEFS em meados da década de 70, e, mais tarde a UESB, a UNEB e, recentemente, a UESC, com a oportuna estadualização da antiga Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna. O ensino superior federal ficou restrito, portanto à Universidade Federal da Bahia/UFBA, em Salvador e em Cruz das Almas. Na UFBA, nos últimos anos, a maior expansão se deu ao nível da pós-graduação. A título de comparação, o estado de Minas Gerais possui seis universidades federais (SILVA, 1996, p. 91).

No estado da Bahia a justaposição de um modelo de universidade com vocação regional (UEFS – Feira de Santana, UESB – Vitória da Conquista e UESC Itabuna/Ilhéus) com um outro modelo de universidade tipo multicampi (UNEB) apresentou conflitos nos critérios de localização. Exemplos de campi da UNEB que foram criados em cidades próximas às regiões de atuação da UEFS e UESB ilustram esses dilemas. De acordo com Silva (1996), parte daí dois problemas básicos: primeiro, o da justificativa de implantar uma instituição de ensino superior isolada em um centro com base em critérios de tamanho da população e funcional, da vinculação de uma unidade a um centro mais distante ou próximo; segundo, refere-se ao fortalecimento ou não da regionalização com critérios econômicos, sociais e administrativos com relação a perspectiva de desenvolvimento regional. Nesse contexto, Silva (1996, p. 92) alerta que a continuidade desse modelo tem o risco de “pulverizar, de forma indiscriminada, os escassos recursos humanos e materiais fazendo com que eles não ofereçam um expressivo retorno em termos acadêmicos, econômicos e sociais”. Por exemplo, em alguns campi da UNEB até pouco tempo estavam instalados em escolas cedidas pelo estado ou município sem a mínima infraestrutura.

Com intuito de contribuir com a temática, naquele momento, Silva (1996) propôs uma regionalização das universidades estaduais apoiada nas regiões econômicas e administrativas na busca de uma maior articulação e eficiência espacial no território baiano.

Uma eficiente regionalização e uma dinâmica integração funcional podem contribuir bastante para resolver muitos de nossos problemas na área do ensino superior, atendendo às expectativas de nossa juventude e servindo como um poderoso instrumento de desenvolvimento socioeconômico com repercussões sobre todo o território estadual. Não é demais repetir, concluindo, que, daqui em diante, o desenvolvimento econômico social será cada vez mais dependente dos níveis de conhecimento de uma determinada sociedade (SILVA, 1996, p. 94).

Mais recentemente, ao apresentar suas discussões sobre as “Cidades Pequenas e Médias: reflexões teóricas e aplicadas no território Baiano”, Sylvio Silva (2010) utilizou como base a Teoria das Localidades Centrais de Walter Christaller (1966) para analisar a espacialização do ensino superior na Bahia. Silva (2010) destaca que a interiorização das quatro universidades estaduais na Bahia contribui para equidade espacial da oferta de cursos superiores no território baiano. Segundo o autor, estas “exercem um papel muito importante no sistema urbano-regional do estado da Bahia”. Afirma que as três universidades regionais (UEFS, UESB e UESC) estão próximas da realidade da hierarquia urbana da Bahia e a universidade multicampi (UNEB) “tendo um expressivo papel distributivo junto às cidades pequenas e médias no interior do estado da Bahia” (SILVA, 2010, p.103). Para Sylvio Silva a expansão do ensino superior na Bahia

Não tem ocorrido por força de políticas públicas urbano-regionais (princípio da administração, segundo Christaller), mas sim, em função do crescimento do mercado, especialmente pela dinâmica da urbanização, provocando a ampliação da demanda (princípio de mercado), que precisa ser atendida com menores custos de deslocamento (princípio da circulação) (SILVA, 2010, p. 103).

Entretanto, nos últimos anos, tem ocorrido um significativo processo de expansão das Universidades Federais no estado da Bahia. A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB – Campus em Cruz das Almas, Cachoeira, Santos Antônio de Jesus, Amargosa, Feira de Santana e Santo Amaro), a Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF - Campus Juazeiro, Senhor do Bonfim e Paulo Afonso), Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOBA – Campus Barreiras, Barra, Bom Jesus da Lapa, Luiz Eduardo Magalhães e Santa Maria da Vitória), a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB – Campus São Francisco do Conde) e a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB – Campus em Itabuna, Teixeira de Freitas e Porto Seguro). Além das universidades federais, a Rede Federal de Educação Científica, Profissional e Tecnológica, através do Instituto Federal da Bahia (IFBA, com expansão de 5 para 22 campus) e o Instituto Federal Baiano (IFBAIANO, com expansão de 4 para 14 campus), vem, notadamente, passando por um processo de expansão, ocorrendo por força de uma política pública federal que une educação, ciência e tecnologia às questões relacionadas ao desenvolvimento local e regional.

Sylvio Silva menciona, em seu texto, a forte descentralização que vem sendo executada pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's),

levando seus cursos técnicos e superiores para os municípios do interior rompendo com a primazia da região metropolitana. Nesse contexto, o autor fundamenta a relevância desta pesquisa, pois, segundo ele, “a expansão está sendo tão intensa e rápida que torna necessária, em curto prazo, uma avaliação integrada com base em critérios de eficiência e equidade espaciais” (SILVA, 2010, p.103); como analisado no caso da UNEB.

Cursos de graduação e o território

Os Professores Antônio Ângelo da Fonseca e Juan Pedro Delgado (2012) destacam em seu artigo “As Novas Demandas Regionais por Cursos de Graduação: uma proposta de regionalização” a significativa expansão de universidades e institutos federais no território baiano e apontam que “[...] começou a ser preenchida parte de uma grande lacuna relacionada à ausência histórica de universidades federais na Bahia” (FONSECA; DELGADO, 2012, p. 172). Os autores fazem uma contextualização do ensino superior, demonstrando sua expansão territorial no setor público e privado e sua ampliação para as cidades médias e pequenas no estado da Bahia.

O aumento significativo das matrículas em cidades pequenas e médias da Bahia é um importante indicador de que muitos jovens têm preferido estudar nas cidades de origem a se deslocarem para a capital. Estas mudanças ainda estão em processo, contudo, para que sejam solidificadas, é necessário agora o fortalecimento dos centros regionais, de forma integrada, descentralizada e participativa ampliando dos variados serviços, bens e infraestrutura técnica. [...] Ações estatais como estas também podem poderão contribuir para uma (re)estruturação de uma rede urbana mais integrada e articulada de centros médios e pequenos e uma organização regional mais descentralizada e justa para o território baiano, com menor grau de dependência em relação a Salvador e região metropolitana. (FONSECA; DELGADO, 2012, p. 175).

Os autores ressaltam um importante aspecto da expansão, trata-se da frágil articulação federativa entre os municípios, estados e governo federal, na perspectiva de evitar sobreposição de cursos de graduação entre as universidades estaduais, federais e os institutos federais em uma mesma região ou município. Esse alerta é relevante, pois pode-se evitar gastos excessivos em infraestrutura, laboratórios e pessoal e uma distribuição desigual de cursos com relação a demanda por regiões e lugares.

Cidades e universidades

Em outra abordagem teórica e metodológica, o pesquisador Wendel Henrique Baumgartner (2015) vem discutindo o papel das universidades na produção do espaço urbano e regional de cidades médias e pequenas. Em seu texto sobre “Cidades Universitárias, Cidades Médias, Cidades Pequenas: Análises Sobre o Processo de Instalação de Novos Campi Universitários”, Baumgartner (2015), de pronto, sinaliza a perspectiva de seus estudos sobre a temática.

Baumgartner (2015) faz uma reflexão sobre o imbricamento entre as cidades e as universidades. Destaca exemplos, no mundo ocidental, onde os nomes das universidades são também os nomes das cidades, estados ou regiões. Em alguns casos, seguindo um modelo europeu, de localização dos campi em áreas mais centrais, e em outros exemplos, reproduzindo um modelo norte americano, com campus universitário em áreas mais periféricas. No Brasil, há uma predominância das cidades universitárias com localização no entorno das cidades se aproximando do modelo norte americano. No que concerne aos nomes em muitos casos estão relacionados aos estados, mas com a política de expansão das universidades e institutos federais com uma perspectiva regional tem refletido nas nomenclaturas das instituições. São muitos os exemplos brasileiros de cidades e regiões que possuem uma função educacional relevante, como: Campinas, São Carlos, Ouro Preto, Viçosa, Santa Maria entre outras.

Nas cidades médias e pequenas as universidades acabam se tornando grandes empregadores, em algumas delas são as maiores fontes de emprego, e acabam possuindo orçamentos maiores do que os próprios municípios, como em Botucatu e Viçosa. A perspectiva econômica sobre a influência das universidades no espaço intraurbano das cidades médias e pequenas é uma das primeiras possibilidades de análise que temos construído em nossas pesquisas (BAUMGARTNER, 2015, p. 75).

Esta reflexão de análise nos leva a outra reflexão: que os governantes no Brasil, em todas as escalas, desconhecem a influência das instituições de ensino como vetores do desenvolvimento e continuam numa perspectiva limitada que comprehende o desenvolvimento econômico de um dado lugar somente através da chegada de uma grande empresa. Outrossim, a chegada de uma instituição de ensino pode promover o aquecimento da economia local e regional como também traz consigo problemas semelhantes a de qualquer grande empreendimento econômico.

Ao estudar as novas dinâmicas urbanas presentes no município de Cachoeira, região do recôncavo baiano, Baumgartner (2009) destaca as importantes transformações advindas do processo de implantação da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), e aponta mudanças na cidade, tais como

Transformações na estrutura de comércio/serviços como surgimento de *apart* hotéis, *delicatessen*, copiadoras, livrarias e cafés, que foram impulsionadas pela instalação da UFRB, que também, insere novos tempos e novas temporalidades na cidade, a partir da chegada, de novos moradores (professores, estudantes universitários e funcionários), com suas “necessidades”, novos desejos e novos consumos (BAUMGARTNER, 2009, p. 97).

Entretanto, os resultados da pesquisa apontam para um intenso processo de tensões e conflitos socioculturais, destacando o “empobrecimento e uma exclusão de moradores do local, das “benesses” do desenvolvimento econômico” com a chegada da UFRB (BAUMGARTNE, 2009, p.99). Nesse novo cenário acrescenta-se o consumo de drogas, a especulação imobiliária e possíveis conflitos entre os nativos e os novos moradores.

Geografia e educação

Outra contribuição para este debate é proposta por Nádia Fialho (2009) que desenvolve a temática tomando como referência os campos da Educação e Geografia. Espaço/Território é utilizado no trabalho como categoria dual, que se articulam, que são interdependentes, indissociáveis. Considera que essa categoria é relevante para analisar os desequilíbrios regionais da pesquisa e pós-graduação no Brasil. Nesse sentido, torna-se uma categoria fundamental para encarar o desafio da equidade educacional no país. A autora constrói sua fundamentação através dos campos da Educação e Geografia. Especificamente no campo da geografia, a autora alerta que sobre a categoria espaço/território transcende a simples ideia de localização espacial-descritiva. Considera a noção de espaço como a “realidade no processo histórico de reprodução social e a noção de território como espaço geográfico, na linha da chamada Nova Geografia” (FIALHO, 2009, p.20). Ressalta que cada categoria tem a sua especificidade, mas também, se interpenetram.

Nádia Fialho cita Milton Santos e lembra de sua contribuição na epistemologia da geografia mencionando o livro “Por uma Geografia nova” que redefine o seu objeto, o espaço. Acrescenta que essa discussão da geografia semeou também o campo da educação. “A realização de estudos geográficos, no campo educacional,

destacou, inclusive, abordagens até então inéditas, sobre a educação superior no Brasil" (FIALHO, 2009, p.21).

A inserção de instituições de ensino em um determinado espaço geográfico, como qualquer outro assentamento de qualquer instituição ou equipamento urbano, não pode ser compreendida senão na sua relação com o processo de urbanização e de industrialização que se efetivou no passado. Nesse contexto a autora faz menção² às análises de Milton Santos e Maria Laura Silveira, pois segundo os autores, a cada processo de urbanização do território é acompanhada por um aumento da demanda de ensino e qualificação.

A dualidade da interiorização de instituições de ensino superior é ressaltada pela autora. Ao mesmo tempo que possibilita a democratização e acesso ao ensino superior, também encontra-se dificuldades na implantação e desenvolvimento de pesquisa e pós-graduação em locais sem condição para tal.

O princípio da interiorização e, consequentemente, da democratização no sentido da ampliação das condições de acesso aos bens da educação superior e não apenas na função ensino que a universidade deve disponibilizar, num dado espaço territorial, implica uma infraestrutura material e humana potencialmente capacitada para adentrar realidades de muitos desafios. Por outro lado, é possível antever as dificuldades que a universidade pode encontrar para assegurar o desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação em lugares que não asseguram condições para tanto (FIALHO, 2009, p.21).

As diferenças entre os territórios se manifestam em decorrência das características desses lugares que estão recebendo instituições de ensino. Indicadores sociais, econômicos, educacionais, articulações entre o espaço urbano e rural, são particularidades dos territórios que exigem uma reflexão singular. Caso contrário, existirá uma tendência a homogeneização desses espaços de ensino. É nessa perspectiva que a autora defende a estrutura de multicampi em universidades e acredita que essa estrutura organizacional particular é a que mais se aproxima de uma articulação entre as instituições de ensino e seus contextos locais e regionais otimizando a integração entre as dimensões acadêmicas e espaciais. Para Fialho (2011, p.25), "a institucionalidade multicampi articula um forte grau de interdependência entre variáveis morfológicas (integração físico-geográfica), gerenciais (dinamismo na gestão), acadêmico administrativas (infraestrutura

² A autora sublinha duas importantes obras de Milton Santos e Maria Laura da Silveira que apresentam uma abordagem geográfica, com certo ineditismo, sobre o fenômeno educacional no território brasileiro (SANTOS; SILVEIRA, 2000; 2001).

operacional) e regionais (espacialidade)". Nesse sentido, a Universidade Estadual da Bahia (UNEB) serve como um exemplo da implantação da universidade multicampi, com 24 campi espalhados pelo território baiano tendo como escopo maior o de atender uma demanda crescente pelo ensino superior em cidades importantes para a rede urbana na Bahia.

O fato é que o lugar onde uma instituição de ensino existe, está envolvido em uma constante articulação entre o espaço físico e o espaço social, ou simplesmente, não cabendo dissociar, o espaço. Fialho (2011) ressalta que essas novas ideias advindas da geografia acabaram por ampliar a análise sobre as imbricações entre instituições de ensino e o território. A geografia fornecendo subsídios para uma outra interpretação do fenômeno da espacialidade das instituições. Destaca que antes, essa abordagem era negligenciada nos estudos, possuindo um papel passivo nas pesquisas.

Em um contexto de globalização e avanços do meio técnico-científico-informacional, que as instituições de ensino superior têm um espaço privilegiado de desenvolvimento da atividade intelectual e da produção do conhecimento. Nessa perspectiva, o conhecimento torna-se uma mercadoria de grande valor na sociedade capitalista contemporânea.

Outra questão colocada por Fialho (2011) é o fato desse processo de produção do conhecimento se dar de maneira desigual no território. De certa maneira, essa desigualdade tem sido ocultada, evitando um certo confrontamento pelos pesquisadores e gestores da educação brasileira. Fialho (2011) alerta que essas desigualdades não são de hoje, mas os estudos têm tangenciado esses desequilíbrios educacionais relacionados ao território. Por exemplo,

Com Milton Santos abre-se uma nova perspectiva de leitura dessas relações, ao introduzir a questão da distribuição do meio técnico-científico como uma questão da infraestrutura que se distribui desigual pelo território. Dessa forma, ele tornou possível examinar, com profundidade, o modo pelo qual o saber e o conhecimento podem operar como estruturantes do processo de instalação de infraestruturas como, por sua vez, essas infraestruturas se traduzem em acréscimos de ciência e técnica (FIALHO, 2011, p.31).

Dentro dessa leitura um risco se apresenta, o do crescimento dos desequilíbrios regionais dos processos educacionais, pois, se a técnica, é cumulativa nas áreas onde já existem condições de produção, há uma tendência do reforço dessas áreas por parte de atendimento das instituições de ensino. Um

movimento dos desequilíbrios regionais para os desequilíbrios sociais. Por tanto, Fialho (2011, p. 33), conclui que, “reinveste-se em áreas onde há capacidade instalada e onde o território usado apresenta concentração de recursos humanos e materiais qualificados”. Em um constante processo de reforço dos investimentos em áreas mais dinâmicas, de regiões mais densas, em detrimenos dos lugares opacos e rarefeitos. Características que acentuam as desigualdades regionais e sociais na produção e reprodução da educação.

Institutos Federais na Bahia: uma proposta de reordenamento territorial

Embásado em todos os pesquisadores citados nesse artigo, Leonardo Thompson da Silva apresenta uma proposta audaciosa de reordenamento do território baiano a partir da redivisão dos Institutos Federais – IF's. Sua tese orientada inicialmente pelo Professor Sylvio Bandeira de Mello (in memória) e posteriormente pelo Professor Antonio Ângelo sugere que o IFBA e o IFBAIANO sejam desmembrados dando origem a mais dois institutos tendo como foco principal diminuir as desigualdades regionais e ao mesmo tempo descentralizar o poder das reitorias da capital Salvador.

A implantação dos campi dos IFs na Bahia atendeu ao localismo baseado na força política e econômica de um dado município; percebe-se que na expansão não está posta, claramente, uma orientação pela região, por isso, também houve uma concentração de campi em determinados lugares no Estado da Bahia. Essa expansão sem planejamento construiu vários gargalos no que se refere a dinâmica dos campi, sobretudo, na dependência excessiva das reitorias localizadas na capital. Dessa forma, coube a esta pesquisa propor uma regionalização como forma de visualizar a disposição atual dos campi na Bahia, expondo as disparidades regionais na oferta de campi, bem como reagrupar os campi numa nova regionalização propondo uma descentralização. Descentralização essa que passa pela divisão dos atuais campus do IFBA e IFBAIANO outros três Institutos; assim, a Bahia teria cinco Institutos Federais originados de um reordenamento regional.

A regionalização apresentada aqui decorre de alguns entraves observados na atual dinâmica dos Institutos Federais na Bahia, portanto, não se trata de uma proposta simplista, separatista, mas, um estudo geográfico que encontra na

categoria região uma possibilidade de contribuir com um novo arranjo espacial dos IFs. Essa geografia regional dos IFs se ampara não somente no empirismo, mas também se baseia em outras experiências teóricas analisadas amiúde ao longo da tese que gerou esse artigo.

Ao tomar como referências as cidades de Salvador, Porto Seguro, Juazeiro, Vitória da Conquista e Barreiras como reitorias para a implantação de novos Institutos Federais no território baiano, houve a junção de critérios, tais como: 1) A localização geográfica; são cidades que fazem fronteiras ou que estão muito próximas de outros Estados, localizadas as margens de grandes eixos rodoviários federais e ou estaduais, e fronteiriças com Oceano Atlântico ou com o Rio São Francisco. 2) Equipamentos; todas as cidades possuem aeroportos, o que facilita o intercâmbio em atividades acadêmicas, uma rede hoteleira que comporta eventos de grandes dimensões, estradas e rodovias que facilitam a saída e a chegada de pessoas e mercadorias, rede hospitalar etc. 3) As distâncias para os campi; as tabelas apresentadas no capítulo 05 mostram que haveria uma redução no tempo dos deslocamentos, tendo em vista que a maior distância entre uma reitoria e um campi (Barreiras – Irecê) é de 468 Km, bem menos que os 864 Km entre a cidade de Barreiras e Salvador na atual configuração. 4) Interiorização (mapa?); nessa proposta de regionalização há uma interiorização dos Institutos, não dos campi como ocorre atualmente, dessa forma, se interioriza também o poder das decisões. 5) Por fim, são cidades que têm a característica de influenciar regionalmente, seja pelo seu dinamismo econômica, seja pelo poder político.

A figura 01 mostra como o Estado da Bahia, com cinco Institutos Federais, abarcaria todas as regiões, com descentralização das reitorias, fim da dicotomia entre IFBA e IFBAIANO, haja vista que as regiões, ainda que tragam uma característica marcante, seja na paisagem ou na economia, contudo, são feitas sob uma diversidade econômica, cultural, paisagística e política.

Figura 01. Uma proposição de reorganização territorial dos IFs na Bahia.



Elaboração: autores (2019).

Caberá, portanto, aos novos Institutos Federais na Bahia ser capazes de oferecer um ensino, produzir pesquisas e projetos extensionistas que contemplam as diversidades existentes dentro da cada região, bem como integrar os resultados com os outros Institutos formando uma rede que se prolongue também para além das fronteiras intrarregionais, atingindo estados fronteiriços com a Bahia e os demais da Federação. Sendo assim, a tendência é que não haja um ensino ou pesquisa para o meio urbano ou para o meio rural, haverá ensino e pesquisas que compreendam a totalidade da região onde cada instituto estará inserido.

Ainda reforçando o sentido de equidade, o quadro (01) mostra quantitativamente como isso é possível através de cinco institutos. Os dados do quadro (01) indicam o quanto que as reitorias atuais do IFBA e IFBAIANO estão estranguladas no que se refere a sua capacidade de atender com equidade os campi espalhados pelo território da Bahia.

Quadro 01. Dados demográficos de uma nova regionalização dos IFs na Bahia.

REGIÃO	POPULAÇÃO	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	ÁREA (km ²)
IFLESTEBAIANO	7.266.303	119	66.770

IFNORTEBAIANO	2.096.798	67	138.300
IFCENTRO-OESTEBAIANO	1.882.721	85	220.070
IFSUDOESTEBAIANO	2.311.843	97	93.780
IFSULBAIANO	1.646.677	49	45.750

Elaboração: Leonardo Thompson da Silva, 2018.

Ao distribuir os campi atuais em cinco Institutos se retiraria de Salvador, dividido entre as duas reitorias, o peso de administrar seus campi na totalidade do Estado, seja através dos dados populacionais, no quantitativo de municípios e na extensão territorial. Logo, a criação de mais dois Institutos Federais na Bahia supera o problema da centralização, sendo a centralização o principal vetor da crise atual dos IFs na Bahia, pois, por mais que a tecnologia tenha contribuído com a administração, sobretudo, no sentido do controle, a dinâmica dos IFs com a região/local é que necessita ser aprimorada; e isto só se consegue com maior autonomia regional que, no caso dessa tese, a autonomia passa pela implantação de uma regionalização dos IFs. De acordo com Machado (2011, p.355) “os institutos federais foram, no seu nascêdouro, convocados a realizar a interiorização da oferta educacional a partir de cidades-polo; a cobertura do maior número possível de mesorregiões e a sintonia com arranjos produtivos, sociais e culturais locais”. É inegável que na Bahia houve todo esse processo descrito por Machado (2011), entretanto, a expansão somente através de campi não consegue atender as demandas regionais, que têm por característica ser dinâmica, isto é, compreender que ocorrem mudanças, mormente, econômicas; somente a regionalização dos Institutos pode acompanhar e adotar políticas educacionais mais próximas da realidade regional/local.

Entretanto, deve-se acompanhar a essa proposta de regionalização outros elementos fundamentais para que os Institutos Federais cumpram realmente com a sua missão regional; um desses elementos está nos planos de desenvolvimento institucional (PDI) dos Institutos. Ao estudar os PDI's dos cinco institutos de Minas Gerais, Machado (2011, p.373) constatou que,

Os planos de desenvolvimento institucional analisados não se detiveram ao detalhamento dos compromissos dos cinco institutos mineiros e as formas de sua participação em arranjos educacionais locais e regionais pela via da cooperação com as tarefas de estados e municípios de desenvolvimento da educação pública.

Portanto, o reordenamento regional dos Institutos Federais na Bahia deve pautar pela elaboração de um PDI que realmente descreva suas ações na região

onde estarão inseridos, mais as ações de cada campus. Isso de certa forma corrobora com a necessidade de uma nova regionalização dos IFs na Bahia, pois, apenas com dois Institutos centralizados em Salvador não há condições que os mesmos abarquem todo o Estado; acaba-se transferindo para os campi uma responsabilidade que ultrapassam suas limitações de gestão.

Conclusão

Através do território é possível compreender, analisar e estudar, geograficamente, o fenômeno da educação. A partir dessa visão as instituições de ensino são tomadas como uma variável para entendimento da construção e das (re) modelações do território em técnica, ciência e informação, sem perder sua dimensão geográfica. Nesse entrelace de educação/território podemos verificar uma articulação com a urbanização, produção econômica, serviços, referencias identitárias, sociedade, ambiente, ou seja, toda uma dinâmica espacial com a presença das instituições de ensino.

Espaço e território são utilizados no artigo como categoria dual, que se articulam, que são interdependentes, indissociáveis. Considera que essa categoria é relevante para analisar os desequilíbrios regionais da educação no Brasil. Nesse sentido, torna-se uma categoria fundamental para encarar o desafio da equidade educacional no país.

A dualidade da interiorização de instituições de ensino superior está presente nesse debate. Ao mesmo tempo que possibilita a democratização e acesso ao ensino superior e tecnológico, também encontra-se dificuldade na implantação e desenvolvimento de pesquisa e pós-graduação em locais sem condição para tal.

Outro aspecto relevante trata da adequação das instituições aos territórios as quais estão sendo inseridas. As diferenças entre os territórios se manifestam em decorrência das características desses lugares que estão recebendo instituições de ensino. Indicadores sociais, econômicos, educacionais, articulações entre o espaço urbano e rural, são particularidades dos territórios que exigem uma reflexão singular. As instituições de ensino precisam se adaptar aos territórios que estão se inserindo, caso contrário, existirá uma tendência a homogeneização desses espaços de ensino.

Em um contexto de globalização e avanços do meio técnico-científico-informacional, que as instituições de ensino superior e tecnológico têm um espaço privilegiado de desenvolvimento da atividade intelectual e da produção do conhecimento. Nessa perspectiva, o conhecimento torna-se uma mercadoria de grande valor na sociedade capitalista contemporânea. O capital comanda o território, e o trabalho, tornado abstrato, representa um papel indireto.

Os grandes sistemas técnicos, favorecem a fluidez espacial que passa a ser cada vez mais relevante, dando suporte a uma produção em todas as instâncias mercadológicas. Os sistemas de engenharia são projetados de forma integrada, as redes materiais e imateriais são tecidas com a perspectiva de convergir certos agentes de certas regiões do território. Essa seletividade na expansão do meio técnico-científico-informacional ocasiona uma divisão social e territorial do trabalho, deixando-a cada vez mais complexa. Entretanto, em todos os casos, a demanda por ensino e qualificação aumenta e a oferta se aproxima das especializações produtivas dos lugares. Nesse contexto, acessibilidade e localização dos bens e serviços, espalhados desigualmente pelo território, seguem uma lógica do mercado, mas podem ser modificadas por uma ação pública, minimizando os efeitos das compartimentações e exclusões de certas fatias da sociedade.

A expansão desigual das instituições de educação nos diversos níveis de ensino, tanto em quantidade como em qualidade, se relacionam com dialética entre território e a educação. Municípios, estados, regiões, possuem particularidades econômicas, sociais, culturais, políticas e ambientais, que são características relevantes para o entendimento das desigualdades geográficas do fenômeno educacional.

Na relação entre educação e território, a discussão sobre o papel do Estado e do Mercado se faz presente. A distribuição de bens e serviços, de uma forma ou de outra, segue a lógica do Estado ou do Mercado. O poder público pode propor novas instituições de ensino nos lugares e aguardar pela demanda, já o setor privado, se insere em locais onde a procura é existente ou tem um cenário favorável para desenvolver uma demanda específica.

No caso da educação, fica evidente esse jogo entre oferta e demanda. Os serviços educacionais sendo um direito legítimo a todos, deveria ter uma distribuição universal. Entretanto, quando o estado não se faz presente e o ensino público não

chega a todos os lugares e pessoas, não atendendo a uma demanda de ensino público, o setor privado tende a suprir essa necessidade através do ensino particular.

Percebe-se que com a globalização e o avanço da ideologia do neoliberalismo essas transformações têm acelerado, agravando e ampliando as polarizações. Não somente na educação, mas em todos os processos sociais. Nesse sentido, nota-se que o Estado tem "deixado" ao setor privado a responsabilidade de ação nos aspectos fundamentais da sociedade, renunciando de exercer efetivamente o seu papel as populações de certas regiões. Isso ocorre na educação, com surgimento da instituição particular em todos os níveis de ensino. Onde o sistema de educação estatal não atende a necessidade das populações, o setor privado atua para suprir a ausência do Estado. No contexto neoliberal, isto não ocorre somente com a educação, pode-se destacar inúmeros exemplos de aspectos da sociedade, que chocam os interesses entre o papel do Estado e da economia na dinâmica territorial.

Mesmo com essa dualidade entre o público e o privado na educação ou na questão da educação servir ao mercado e as vezes desviar do seu propósito social, é inegável que houve o aumento da demanda por novas qualificações profissionais. O ensino superior realiza uma verdadeira conquista do território brasileiro. Ocorre ao mesmo tempo, difusão geográfica e social do ensino. Todas as regiões conhecem a difusão do ensino, sobretudo superior, mas essa expansão não é homogênea, é desigual. Mas, uma lógica é obedecida, a natureza dos cursos em um lugar determinado é, ao mesmo tempo, resultado da demanda por um saber (conhecimento) e de uma exigência social (com apelo econômico). Assim, a escolha de em curso é simultaneamente, uma opção social, econômica, política, cultural e territorialmente condicionada.

O Estado é um agente central, e deve ser visto sob uma ótica multiescalar, pois, envolve uma articulação entre a escala federal, estadual e municipal para o fomento educacional em todos os níveis de ensino. O papel do Estado na produção da educação perpassa pelas múltiplas escalas territoriais e envolve, sobretudo, interesses políticos, ideológicos e socioeconômicos.

Esse artigo buscou em estudos sobre geografia/educação/território para fornecer subsídios para uma outra interpretação do fenômeno da espacialidade das

instituições e da educação, seja dentro de uma visão macro através de Milton Santos ou regional como indica os estudos de Sylvio Bandeira de Melo e outros pesquisadores que estudam essa relação no estado da Bahia.

Agradecimentos

À FAPESb (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia) pela bolsa de doutorado na modalidade sanduíche que propiciou a realizada da pesquisa que deu origem a este artigo.

Referências

BAUMGARTNER, Wendel Henrique. *Universidades públicas como agentes de desenvolvimento urbano e regional de cidades médias e pequenas: uma discussão teórica, metodológica e empírica*. Revista GeoTextos, vol. 11, n. 1, julho 2015.

BAUMGARTNER, Wendel Henrique. Cidades Universitárias, Cidades Médias, Cidades Pequenas: análises sobre o processo de instalação de novos campi. *Revista Universitários Espaço Aberto*, PPGG - UFRJ, V. 5, N.1, p. 73-93, 2015.

CHRISTALLER, Walter. *Central places in Southern Germany*. New Jersey: Prentice Hall, 1966.

FIALHO, Nadia H. *Chão desigual: A categoria espaço/território no contexto da pesquisa e da pós-graduação no Brasil*. In: NASCIMENTO, Antônio D.; HETKOWSKI, Tânia M. Educação na Contemporaneidade: pesquisas científicas e tecnológicas. Salvador, BA: EDUFBA, 2009.

FONSECA, Antônio A. M.; DELGADO, Juan P. As Novas Demandas Regionais por Cursos de Graduação no Estado da Bahia: uma proposta de regionalização. RDE - *Revista de Desenvolvimento Econômico*. Ano XIV. N. 26. Salvador, BA: dez. 2012.

SILVA, Sylvio B. de M.; SILVA, Barbara-Christine N.; COELHO, Araori S. *Desequilíbrios e Desigualdades Regionais no Brasil e nos Estados Brasileiros*. João Pessoa, PB: Grafset, 2008.

SILVA, Sylvio B. de M. *Cidades Pequenas e Médias: reflexões teóricas e aplicadas*. In: LOPES, Diva M. F.; HENRIQUE, Wendel (Orgs.). Cidades Médias e Pequenas: teorias, conceitos e estudo de caso. Salvador: SEI, 2010. p. 93-108.

SILVA, Sylvio. Regionalização e Ensino Superior na Bahia. *Revista Bahia Análise e Dados*. Salvador: SEI, v.6, n.3, p. 91-94, dez. 1996.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. *O Ensino Superior Público e Particular e o Território Brasileiro*. Brasília: ABMES, 2000.

Notas

Processo de Avaliação por Pares: (*Blind Review* - Análise do Texto Anônimo)

Revista Científica Vozes dos Vales - UFVJM - Minas Gerais - Brasil

www.ufvjm.edu.br/vozes

QUALIS/CAPES - LATINDEX: 22524

ISSN: 2238-6424